

1 **ATA DA 467ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DEZOITO DE OUTUBRO**
3 **DE DOIS MIL E DEZOITO, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às quinze horas, no auditório menor da
5 AMMVI, em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima sexagésima sétima Assembleia Geral
6 Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo
7 presidente da entidade e prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann, e secretariada
8 por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor Carlos Alberto Peixer Vinci,
9 secretário de administração e finanças da prefeitura de Apiúna, representando o senhor José Gerson
10 Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; do senhor Rafael Pedro Mariotto, procurador do
11 município de Ascurra, representando o senhor Lairton Antonio Possamai, prefeito do município de
12 Ascurra; do senhor Paulo Eduardo de Oliveira Costa, secretário de gestão governamental da prefeitura
13 de Blumenau, representando o senhor Mário Hildebrandt, prefeito do município de Blumenau; do
14 senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; do senhor Artino Dalpiaz, vice-
15 prefeito do município de Doutor Pedrinho, representando a senhora Simoni Mercia Mesch Nones,
16 prefeita do município de Doutor Pedrinho; do senhor André Luiz Moser, prefeito do município de
17 Indaial; do senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; da senhora Renata Klee,
18 secretária de desenvolvimento social e habitação da prefeitura de Pomerode, representando o senhor
19 Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do
20 município de Rio dos Cedros; do senhor Valcir Ferrari, vice-prefeito do município de Rodeio,
21 representando o senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; e do senhor Marcelo
22 Ferrari, vice-prefeito do município de Timbó, representando o senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito
23 do município de Timbó, do senhor José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI, além de
24 demais interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente
25 agradeceu a presença de todos, e constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Em seguida,
26 apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Leitura e votação da ata da assembleia
27 anterior; 2 – Apresentação do Conselho Municipal do Bem-estar Animal (COMBEA); 3 –
28 Apresentação do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) da Região Hidrográfica 7
29 (RH7); 4 – Programa Saúde Fiscal - Nota Técnica do Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC);
30 5 – Regularização fundiária (REURB e Programa Lar Legal); 6 – Assuntos Gerais
31 (saneamento/agricultura e movimento econômico). Em seguida, o presidente apresentou o item um,
32 confirmou o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por
33 correio eletrônico, e não havendo manifestações contrárias, esta foi aprovada por unanimidade.
34 Passando ao item dois, o senhor Jean Michel Grundmann salientou a importância de os gestores
35 públicos começarem a se atentar mais para a questão do bem-estar animal, e em seguida passou a
36 palavra à senhora Tânia Fortunato, coordenadora do Conselho Municipal do Bem-estar Animal de
37 Blumenau (COMBEA), que falou sobre o trabalho realizado pelo Conselho, e da preocupação em
38 criar diretrizes de políticas públicas de bem-estar animal. Comentou sobre dois fóruns realizados em
39 Blumenau e do alto nível de absenteísmo de servidores dos municípios da região, reforçou a
40 importância da participação nas reuniões periódicas do Conselho, e também que se organize a criação
41 de conselhos municipais para tratar deste tema em cada município. Ressaltou que o COMBEA se
42 coloca à disposição para auxiliar no que for necessário, que as reuniões são realizadas toda segunda
43 quinta-feira de cada mês, e que a maior preocupação é criar diretrizes regionais focadas no bem-estar
44 animal, que sejam seguidas em todos os municípios da AMMVI, pois todos enfrentam problemas
45 nesta área. Por fim, agradeceu pelo espaço concedido, e informou que caso haja servidores
46 interessados em participarem das reuniões do COMBEA, basta informar seu contato para que sejam
47 repassados os convites dos encontros. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa informou que
48 a representante da AMMVI no COMBEA é a senhora Valdete Korz Marques, e que maiores detalhes

49 podem ser tratados com ela. Dando seguimento, no item três, o presidente passou a palavra ao senhor
50 José Sommer, biólogo e educador ambiental da Fundação do Meio Ambiente de Blumenau
51 (FAEMA), que agradeceu pela oportunidade de participação na reunião, citou que está como
52 coordenador do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) da Região Hidrográfica 7 (RH7),
53 e que o grupo participa das reuniões dos Comitês da Bacia do rio Itajaí e do rio Camboriú, que
54 englobam cinquenta e dois municípios. Comentou então sobre os membros do grupo, que este ano
55 completa dez anos de existência, e que será realizado evento comemorativo no dia trinta de novembro.
56 Em seguida, salientou que os GTEA foram criados em cada uma das dez regiões hidrográficas do
57 estado, por iniciativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável (SDS), e que o
58 principal intuito destes grupos é elaborar projetos para educação ambiental, com base no Programa
59 Estadual de Educação Ambiental, salientando que o programa catarinense é um dos mais avançados
60 do país, foi revisado recentemente, e prevê, entre outros pontos: a articulação com políticas voltadas
61 para a melhoria da qualidade socioambiental nesta região hidrográfica; a supervisão da implantação
62 de programas de educação ambiental na região, que poderão ser realizadas em parceria com entidades
63 públicas e/ou privadas; promover articulação entre os diversos segmentos, respeitando as diretrizes
64 nacionais de educação ambiental; e promover e apoiar eventos voltados à discussão de práticas e
65 experiências políticas relacionadas à educação ambiental. Abordou também o histórico de trabalho
66 dos GTEA de todo o estado, que inclusive serve de exemplo para outras regiões do Brasil, sobre os
67 eventos e ações realizadas por estes grupos, e os locais onde os membros do grupo tem representação,
68 como na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), e na Câmara Técnica de
69 Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Comentou
70 também sobre a frequência dos encontros do grupo, e mostrou fotos de alguns eventos em que
71 estiveram presentes. Citou ainda que o intuito desta apresentação acerca do grupo é pedir para que os
72 prefeitos indiquem representantes para compor o GTEA da RH7, pois estão em um processo de
73 ampliação para envolver maior participação dos municípios, e desta forma promover políticas e ações
74 integradas, principalmente com os órgãos responsáveis pelas áreas de educação e de meio ambiente
75 dos municípios. Por fim, agradeceu pelo espaço e colocou-se à disposição. Com a palavra novamente,
76 o senhor Jean Michel Grundmann agradeceu pela apresentação, lembrou os desastres ocorridos na
77 região em 2008, salientando que uma educação ambiental efetiva poderia ter amenizado muitos dos
78 problemas enfrentados na época, e reforçou que a Associação está sempre disponível. Dando
79 sequência à pauta, no item quatro, o presidente da AMMVI lembrou que todos os prefeitos aderiram
80 ao Programa Saúde Fiscal do MP/SC, e que a Associação foi a primeira do estado a receber a nota
81 técnica da entidade acerca do que deve ser implementado nos municípios. Em seguida, passou a
82 palavra ao senhor José Rafael Corrêa, que citou que o Programa Saúde Fiscal já existe há alguns anos,
83 e que no ano passado o MP/SC iniciou uma avaliação dos dados encaminhados pelos municípios, fez
84 uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), deu retorno acerca destes dados dos
85 municípios em abril deste ano, e posteriormente redigiu esta nota técnica, que é mais focada para os
86 promotores de justiça de cada comarca. Em seguida, informou que o que está abordado no documento
87 já vem sendo discutido no Colegiado de Tributação da AMMVI, mas que os prefeitos também devem
88 estar cientes do tema. Então, apresentou o documento, citando os “considerandos” apontados, que
89 trazem alguns alertas sobre a situação tributária dos municípios, já o corpo da nota traz o
90 disciplinamento mínimo e as possíveis violações com referência aos seguintes tributos: Imposto
91 Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de
92 Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Taxas e da Contribuição de Melhoria. Comentou ainda sobre a
93 seção que engloba a administração tributária, onde são dadas orientações para estruturação e melhoria
94 desta área. Citou também alguns pontos que o Ministério Público destacou na nota como valores de
95 taxas que não cobrem seus custos, bem como a falta de atualização da planta genérica de valores. O
96 senhor José Rafael Corrêa ainda comentou que a nota técnica traz uma breve conclusão, onde é

97 colocado que o documento não tem caráter vinculante, e citou que o Colegiado de Tributação já está
98 trabalhando em algumas destas demandas apresentadas, informando inclusive que no dia seis de
99 novembro haverá um evento com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
100 acerca do software do Simples Nacional, bem como reunião do Colegiado de Tributação. Comentou
101 também que será necessário fazer adequações em algumas legislações municipais, e que a associação
102 estará contratando alguém para atuar exclusivamente na área de tributação. Tomando a palavra, o
103 senhor José Luiz Colombi comentou que as câmaras municipais também deveriam estar envolvidas
104 nos trabalhos destes GTs, para que não haja problema na aprovação de leis, e o senhor José Rafael
105 Corrêa corroborou o comentário. Comentou-se ainda sobre a mudança de titularidade do IPTU com
106 base no ITBI e sobre a atualização de cadastro das áreas urbana e rural, e o senhor José Rafael Corrêa
107 citou que tudo está sendo discutido, porém as demandas estão sendo priorizadas nos GTs, que
108 trabalham visando o incremento da arrecadação própria e atendimento a legislação. Citou ainda que
109 devem ser feitas ações regionalizadas, melhorar a comunicação entre os municípios, comentou sobre
110 o trabalho feito no passado para atualização dos códigos tributários municipais, e que os GTs
111 precisarão do apoio dos prefeitos para aplicarem as melhorias necessárias. Dando seguimento à pauta,
112 no item cinco, foi dada a palavra à senhora Simone Gomes Traleski, que cumprimentou a todos,
113 informou que a área de regularização fundiária é muito ampla e complexa, e que foi realizada reunião
114 com os consultores Elisa Quint de Souza de Oliveira e André Oliveira para esclarecer alguns
115 questionamentos. Em seguida, comentou que há inúmeros instrumentos para a regularização
116 fundiária, e que é preciso verificar o que há para regularizar, e qual a melhor ferramenta para cada
117 situação. Em seguida, abordou maiores detalhes acerca do Programa Lar Legal, que é oriundo do
118 Tribunal de Justiça do Estado (TJ/SC) e visa a regularização fundiária dos assentamentos informais
119 em áreas urbanas municipais de titularidade pública ou privada, dando título de propriedade à pessoas
120 de baixa renda, e salientou que este programa só pode ser utilizado para pessoas de baixa renda, a
121 aplicação deve ser realizada na área urbana e/ou de expansão urbana, e que é necessário o proprietário
122 comprovar tempo mínimo de moradia no local. Já no caso da REURB, criada pela Lei nº 13.465/2017,
123 citou que é um instrumento de regularização novo, que abrange medidas jurídicas, urbanísticas,
124 ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento
125 territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, onde podem-se incluir residências em uma área
126 consolidada até a data de vinte e dois de dezembro de dois mil e dezesseis (data da Medida Provisória
127 nº 759/2016, que abordou o tema antes da supracitada lei), e também pode ser aplicada na área rural,
128 desde que a unidade imobiliária tenha área inferior à fração mínima de parcelamento (2 hectares)
129 prevista na Lei nº 5.868/1972. A senhora Simone Gomes Traleski também comentou sobre as fases
130 do Programa Lar Legal e da REURB, abordando os trâmites adotados em cada um deles; também
131 citou as competências dos municípios em cada um, que o processo do Lar Legal tem ratificação de
132 um juiz, e que a REURB conta com processo administrativo no município. Informou ainda os juizes
133 responsáveis por atender os municípios da região no Programa Lar Legal, sendo o juiz Fernando
134 Seara Hickel no caso de Gaspar, a juíza Iolanda Volkman no caso de Indaial, Timbó, Benedito
135 Novo, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho, Brusque, Guabiruba e Botuverá, e no caso de Blumenau,
136 Pomerode, Ascurra, Apiúna e Rodeio, são os juizes da própria Comarca. Finalizando a apresentação,
137 a senhora Simone Gomes Traleski questionou se havia alguma dúvida, e o senhor Ilmor Juenge,
138 diretor de habitação da secretaria municipal de regularização fundiária e habitação de Blumenau,
139 reiterou que há similaridade entre o REURB e o Programa Lar Legal, e questionou acerca das áreas
140 de risco que estão ocupadas irregularmente, o que poderia ser feito. Tomando a palavra, o senhor Jean
141 Michel Grundmann sugeriu encontrar outra forma de adquirir um imóvel ou terreno, como por
142 exemplo pelo Programa Minha Casa Minha Vida, já que a área onde vivem não pode ser regularizada.
143 Novamente com a palavra, o senhor Ilmor Juenge ressaltou que, no caso de Blumenau, há muitas
144 áreas de risco ou de preservação ambiental, falta espaço para realizar esta realocação, todo dia surgem

145 novas residências em locais irregulares, e este problema foi inclusive tratado com o MP/SC. O senhor
146 Jean Michel Grundmann salientou que deve haver fiscalização constante para que não se construam
147 novas residências em áreas irregulares, e que cada gestor de cada município deverá verificar qual a
148 melhor maneira de solucionar este problema. Tomando a palavra, o senhor Paulo Eduardo de Oliveira
149 Costa reiterou que esta é uma questão de gestão que cabe a cada município buscar uma solução, citou
150 que não há condição financeira para resolver um problema desta complexidade, e que muitas vezes
151 isto demanda parcerias com as esferas estadual e federal, principalmente obtenção de recursos a fundo
152 perdido. Foi comentado ainda entre os prefeitos algumas formas de inibir estas construções
153 irregulares, como impedir a ligação à rede elétrica. Por fim, o senhor Jean Michel Grundmann
154 informou que os prefeitos serão avisados caso surjam novas informações acerca desta questão da
155 regularização fundiária, e que serão realizados outros eventos acerca do tema visando capacitar os
156 servidores municipais. O senhor José Rafael Corrêa também reiterou que deve ser analisada a
157 realidade de cada município para resolver esta situação, que é preciso verificar como ficará o novo
158 cenário do governo, pois novos mandatos se iniciam no próximo ano, e pode haver mudanças na
159 legislação. Passando ao item seis da pauta, foi dada novamente a palavra à senhora Simone Gomes
160 Traleski, que informou acerca do diagnóstico socioambiental, citando que o MP/SC revogou os
161 enunciados em que a AMMVI vinha se embasando para elaborar a metodologia do diagnóstico,
162 porém em conversa com o promotor regional, foi esclarecido que estes enunciados foram revogados
163 por se basearem em lei antiga, que também foi revogada. Citou ainda que havia proposta de novos
164 enunciados, porém não houve entendimento no MP/SC internamente, e os promotores têm
165 posicionamentos diferentes acerca do tema. Salientou, entretanto, que a AMMVI manterá a
166 metodologia adotada, e será abordada a questão individualmente com os promotores de cada
167 Comarca. Tomando a palavra, o senhor Jean Michel Grundmann comentou acerca da revisão dos
168 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), elogiando o trabalho que tem sido feito, que
169 permitirá que os objetivos dos planos sejam realmente cumpridos. O senhor José Rafael Corrêa ainda
170 salientou que há um assessor contratado pela Associação exclusivamente para acompanhamento da
171 revisão dos PMSB, o que garante a supervisão dos trabalhos. A senhora Simone Gomes Traleski
172 ainda citou que a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
173 do Médio Vale do Itajaí (AGIR) também está em contato com a empresa responsável pela revisão
174 para acompanhamento dos trabalhos. Ainda com a palavra, a assessora de saneamento e meio
175 ambiente da AMMVI informou que, a partir de uma demanda do Colegiado de Secretários de
176 Agricultura, foi feito um ofício ao secretário de Estado da Agricultura solicitando que fosse
177 flexibilizada a exigência da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para acesso ao Programa Terra-
178 Boa, principalmente para obtenção de calcário, e o pedido foi acatado. Salientou que alguns pré-
179 requisitos mínimos devem ser atendidos conforme solicitado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária
180 e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), mas que o acesso será mais facilitado desta forma.
181 Tomando a palavra, o senhor Jean Michel Grundmann citou que, em conversa com o secretário
182 estadual, foi informado que esta regra começará a valer a partir do próximo ano. Em seguida, o senhor
183 José Rafael Corrêa comentou acerca do cenário econômico, citando que a arrecadação do ICMS e do
184 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cresceram, falou sobre a queda no
185 valor repassado do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no mês de setembro, sobre a
186 projeção para os últimos meses do ano, e alertou para o controle das contas no final do exercício.
187 Comentou ainda sobre a derrubada pelo Congresso do veto presidencial na medida provisória nº
188 827/2018, especificamente no que tange o reajuste salarial do piso dos agentes comunitários de saúde
189 e de combate a endemias, e que é necessário verificar como ficará o cenário para os próximos anos.
190 Em seguida, questionou aos prefeitos se já há definição acerca do período de férias coletivas e se está
191 sendo feito horário de expediente especial devido ao horário de verão, onde o senhor Jean Michel
192 Grundmann informou que em Benedito Novo serão concedidos trinta dias de férias a partir de doze

93 de dezembro, e que está fazendo horário especial; o senhor Carlos Alberto Peixer Vinci informou que
94 Apiúna terá férias de vinte de dezembro a dezesseis de janeiro e está trabalhando em horário normal;
95 o senhor Marildo Domingos Felippi informou que em Rio dos Cedros as férias iniciam em dezessete
96 de dezembro e encerram em sete de janeiro, e não estão fazendo horário especial; o senhor Artino
97 Dalpiaz citou que em Doutor Pedrinho também serão concedidos trinta dias de férias, e o expediente
98 é normal; o senhor José Luiz Colombi falou que em Botuverá ainda será definido; o senhor Guilherme
99 Boeing Ouriques informou que Brusque também concederá trinta dias de férias a partir de dezenove
200 de dezembro, e já está fazendo horário especial também. Tomando a palavra, o senhor Jean Michel
201 Grundmann parabenizou os municípios de Brusque, Gaspar e Blumenau pelas festas realizadas em
202 outubro, e já estendeu o convite a todos para participarem da Festa das Tradições em Benedito Novo
203 no mês de novembro. Nada mais havendo a tratar, o presidente da AMMVI encerrou a assembleia,
204 agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois
205 de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo
206 da AMMVI.



Jean Michel Grundmann
Presidente
Prefeito de Benedito Novo



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Giovana Peron
Secretária Executiva

207